



## **FAMÍLIA MULTIESPÉCIE: RECONHECIMENTO DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO COMO MEMBROS DA FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

### **MULTISPECIES FAMILY: RECOGNITION OF PETS AS FAMILY MEMBERS IN THE BRAZILIAN LEGAL SYSTEM**

Ana Carolina Valejo da Silveira<sup>1</sup>

Adriane de Oliveira Ningeliski<sup>2</sup>

Patricia Minini Wechinewsky<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo discorre sobre o reconhecimento da família multiespécie dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Busca-se apresentar o conceito de família, quais os tipos de família previstos expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ou no Código Civil Brasileiro e quais os princípios norteadores do direito da família. Ademais, busca-se demonstrar que o atual conceito de família se baseia no princípio da afetividade e, portanto, a família multiespécie é uma categoria que merece proteção do ordenamento jurídico brasileiro. Demonstrando que apesar do reconhecimento da doutrina, o Poder Judiciário não reconhece a família multiespécie em face da ausência de previsão legal. O método utilizado para realização do presente trabalho foi o dedutivo, no qual já se considera a existência da família multiespécie, enquanto que a técnica de pesquisa foi baseada em pesquisa de jurisprudências e doutrinas. Desse modo, conclui-se que a família multiespécie é uma forma de se constituir família.

**Palavras-Chave:** Família Multiespécie. Reconhecimento. Animais de estimação.

#### **ABSTRACT**

This article discusses the recognition of the multispecies family within the Brazilian legal system. It seeks to present the concept of family, what types of family are expressly provided for in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 or in the Brazilian Civil Code and what are the guiding principles of family law. Furthermore, it seeks to demonstrate that the current concept of family is based on the principle of affectivity and, therefore, the multispecies family is a category that

---

<sup>1</sup>Graduanda em Direito, Universidade do Contestado. Campus Mafra. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [valejo94@gmail.com](mailto:valejo94@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutoranda e Mestre em Direito, Centro Universitário Autônomo do Brasil, Pesquisadora da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [adriane@unc.br](mailto:adriane@unc.br)

<sup>3</sup>Mestre pela *Universidad de La Empresa* de Montevideu, Uruguai, Professora na da Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: [patriciaw.adv@gmail.com](mailto:patriciaw.adv@gmail.com)

deserves protection under the Brazilian legal system. Demonstrating that despite the recognition of the doctrine, the Judiciary Branch does not recognize the multispecies family due to the lack of legal provision. The method used to carry out this work was deductive, in which the existence of the multispecies family is already considered, while the research technique was based on research on jurisprudence and doctrines. Thus, it is concluded that the multispecies family must be treated in the light of Family Law, and therefore, yes, considered a family.

**Keywords:** Multispecies Family. Recognition. Pets.

**Artigo recebido em:** 28/08/2021

**Artigo aceito em:** 29/10/2021

**Artigo publicado em:** 29/09/2022

## 1 INTRODUÇÃO

O conceito de família sofreu grandes mudanças de concepção ao decorrer do tempo. Antigamente, família era compreendida apenas pelo agrupamento do pai, da mãe e dos filhos, qualquer outro agrupamento que se afastasse deste entendimento não era considerado família, podendo assim enfrentar preconceitos e discriminação. O conceito estendeu-se para abranger as famílias homoafetivas e, mais recentemente, iniciou-se uma discussão para a inclusão dos animais de estimação como membros da família.

Os animais de estimação sempre exerceram uma grande importância dentro dos agrupamentos familiares, seja apenas para a companhia, seja como forma de *status*, até mesmo como guardiões das residências ou então como ajudantes na caça.

Entretanto, passaram a exercer um papel de grande importância dentro da família, principalmente no período da pandemia causada pela Covid-19. Os animais têm auxiliado as famílias durante o isolamento social, visto que o contato entre amigos e familiares foi reduzido. As pessoas voltaram a atenção aos animais, que, com o amor e carinho, trouxeram companhia nos momentos de solidão.

Ademais, mesmo que os animais domésticos estejam ganhando cada vez mais espaço, para o direito brasileiro, eles ainda não passam de coisas, e pertencças de seus donos. Todavia, é cada vez mais comum encontrar demandas no Poder

Judiciário as quais visam determinar a guarda e fixar o direito de visitas aos animais de estimação, nos casos em que os seus tutores se divorciaram.

Ora, se os animais de estimação estão ganhando cada vez mais espaço no lar dos brasileiros, é possível reconhecer a família multiespécie como uma categoria de família dentro do ordenamento jurídico brasileiro?

Mesmo que a doutrina brasileira já reconheça a família multiespécie, importante frisar que o Poder Judiciário assim não entende, tendo divergências nas decisões dos Tribunais de Justiça, em virtude da ausência de lei que a regule.

Portanto, este artigo busca apresentar a família multiespécie, em que não apenas os humanos a constituem, mas sim, os humanos e seus animais de estimação.

Primeiramente, faz-se necessário conceituar a família dentro do ordenamento brasileiro, seguindo-se para apresentar os tipos de famílias, e ao final do artigo demonstrar que a família multiespécie é um tipo de família que merece o reconhecimento dentro do direito brasileiro. Para isso, utilizou-se nesse artigo, o método dedutivo, partindo-se do pressuposto que a família multiespécie faz parte de uma categoria de família e deve ser reconhecida. Enquanto que a técnica de pesquisa foi baseada em pesquisa de jurisprudências e doutrinas.

## **2 FAMÍLIA: BREVES NOTAS À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO**

Primeiramente, faz-se necessário trazer breves notas sobre o conceito de família dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Carlos Roberto Gonçalves (2019, v. 6), ao introduzir o direito de família afirma que esse é, de todos os ramos do direito, o que mais se aproxima da própria vida. Para o autor, as pessoas provêm de um organismo familiar, o qual apenas é alterado após constituir uma nova família por meio do casamento ou da união estável.

Importante ressaltar que a família tem grande importância para o direito brasileiro, não é à toa que grande parte das doutrinas separam um livro inteiro para tratar sobre a família, de igual modo, o Código Civil possui o Livro IV, que vai do artigo 1.511 ao artigo 1.783-A, para tratar sobre o direito de família, evidenciando o quão importante este assunto é para o ordenamento jurídico (BRASIL, 2002).

No direito brasileiro a família é regida por diversas normas acerca de relações conjugais que vão da união à dissolução de casais, bem como a validade e os efeitos

resultantes de tais ações. Ainda é integrado o vínculo de parentesco existente entre pais e filhos, assim como os institutos de curatela e tutela (BRASIL, 2002).

Segundo Clóvis Beviláqua apud Rosa Maria de Andrade Nery e Nelson Nery Junior (2008), o direito de família ampara as relações de afeto entre pessoas não unidas por vínculos de casamento, cuidando das relações de filiação e parentesco entre elas e buscando preservar o patrimônio dos que se veem envolvidos em situações jurídicas de interesse de família.

Contudo, Beviláqua apud Silvio de Salvo Venosa (2011, p. 09) pontuou a ausência da união sem casamento o conceito de:

há que se acrescentar, hoje, as normas reguladoras das uniões sem casamento. É interessante observar que no passado qualquer referência jurídica à família tomava por base o casamento. Só, mais recentemente a família foi observada pelos juristas sob o prisma de instituição, abrangendo as uniões sem casamento e até mesmo as famílias monoparentais.

Logo, tem-se que o conceito de família ainda é muito incerto, havendo certa divergência entre os conceitos jurídicos, doutrinários e sociais.

No entendimento do direito privado, família é a reunião de seres humanos sujeitos a regras especiais, em conformidade com as relações ou dependências naturais ou sociais. O sentido epistemológico da palavra família vem do latim *famuli*, o que abarcava criados e servos. Posteriormente o termo foi mudado para *famulus*, desta vez incluindo mulheres e seus filhos. Entretanto, a palavra possui vários sentidos, podendo em português pode significar “as pessoas de que se compõe uma casa: pais, filhos e domésticos” (NERY; NERY, 2008, p. 1019-1020).

Desse modo, Carlos Alberto Dabus Maluf e Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf (2013) acrescentam que a família podia ser entendida como o local em que reinava o *pater*, abrigando, além deste, a esposa, os filhos, todo o patrimônio, juntamente com os criados e servos, em outras palavras, era o local que se encontrava o líder e tudo que a ele pertencia.

A partir da visão religiosa contida nos documentos da igreja Católica, feitos por Leão XIII, a família seria “um lugar onde a liberdade humana cresce de valor, se considerada no resguardo do consórcio doméstico”, sendo este um lugar de garantia dos direitos individuais, onde se alcança a sociedade verdadeira antes da civil (NERY; NERY, 2008, p. 1019).

Ressalta-se, no que tange ao conceito de família no Brasil no sentido jurídico, que ainda há um entendimento estrito, não abarcando as mais diversas possibilidades de formação da entidade familiar.

Dito isso, a família deve ser vista através de seu viés sociológico e as mudanças que a alteraram no decurso do tempo, desde uma realidade com vínculos essencialmente religiosos e/ou contratuais a vínculos que se perpetuam por via do afeto. Para Silvio de Salvo Venosa, família é integração de pessoas que vivem sob um mesmo teto, sob a autoridade de um titular:

A conceituação de família oferece, de plano, um paradoxo para sua compreensão. O código Civil não a define [...] Como regra geral, porém o direito civil moderno apresenta uma definição mais restrita, considerando membros da família as pessoas unidas por relação conjugal ou parentesco [...] sendo elas compreendidas somente pelo núcleo formado por pais e filhos que vivem sob o mesmo pátrio poder ou poder familiar (VENOSA, 2011, p. 1-3).

Roberto Senise Lisboa (2010) explica que no direito positivo atual a expressão família não se limita mais à visão religiosa católica e sim como uma entidade constituída pelo casamento civil, união estável e relação monoparental entre descendentes e ascendentes, contudo seu entendimento ainda é limitado, visto que não acompanhou as mudanças trazidas com o tempo, e, de certa forma, vai de encontro à Declaração Universal dos Direitos dos Homens de 1948.

Em contrapartida, Maria Berenice Dias (2021) afirma, sobre a alteração de seu conceito, que a família passou por uma repersonalização das relações familiares buscando atender aos interesses mais valiosos: afeto, solidariedade, lealdade, confiança, respeito e amor.

Nesse sentido, continua Paulo Lôbo (2019, p. 17):

A família atual busca sua identificação na solidariedade (art. 3º, I, da Constituição), como um dos fundamentos da afetividade, após o individualismo triunfante dos dois últimos séculos, ainda que não retome o papel predominante que exerceu no mundo antigo.

No âmbito do Código Civil não existe um conceito claro de família, entretanto na Constituição Federal, mais especificamente no artigo 226, tem-se que a família é considerada a base da sociedade (BRASIL, 1988).

Paulo Lôbo (2019), a respeito da inovação da Constituição de 1988 afirma que, se entre o forte e o fraco é a liberdade que escraviza e a lei que liberta, a Constituição do Estado Social de 1988 foi a que mais interveio nas relações familiares e a que mais as libertou.

Segundo Carlos Roberto Gonçalves (2019, v. 1) ao tratar sobre a Constituição, destacando o artigo 226, afirma que a entidade familiar é plural e não mais singular, tendo várias formas de se constituir uma família.

Maria Berenice Dias (2021, p. 52) ao falar sobre as intenções do legislador constituinte, apontou que:

O legislador constituinte alargou o conceito de família ao emprestar juridicidade ao relacionamento fora do casamento. Afastou da ideia de família o pressuposto do casamento, identificando como família também a união estável entre um homem e uma mulher. A família à margem do casamento passou a merecer tutela constitucional porque apresenta condições de sentimento, estabilidade e responsabilidade necessárias ao desempenho.

Com todo este relato, é possível ver que o conceito de família não é estático, visto que está atrelado aos padrões sociais e culturais de cada época e povo, devendo, o direito, inclusive, acompanhar essas mudanças (ROBLES, 2009).

Com isso, o Superior Tribunal de Justiça entendeu que o conceito de núcleo familiar estável não pode ficar restrito às fórmulas clássicas de família, mas pode, e deve, ser ampliado para abarcar uma noção plena de família, apreendida nas suas bases sociológicas (BRASIL, 2012).

Para Rodrigo da Cunha Pereira (2001, p. 25) o casamento é considerado um negócio jurídico, contudo, o seu ingrediente fundamental é o amor, sendo assim, o amor deve estar para o Direito de Família, assim como o acordo de vontades está para o Direito das Obrigações.

Ainda, vale fazer breves apontamentos sobre os princípios fundamentais que regem o direito de Família, importantes, para que se possa entender os motivos norteadores do reconhecimento da família multiespécie. Segundo Carlos Roberto Gonçalves (2019, v. 1) no que tange o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, entende que constitui a base da comunidade familiar, garantido o pleno desenvolvimento e a realização de todos os seus membros. Continuam Maluf e Maluf

(2013) que este princípio é o ápice do ordenamento jurídico, sendo que permeia intrinsecamente o direito de família, visando a realização de seus membros.

Outro princípio muito importante é o Princípio da Liberdade, que para Maria Berenice Dias (2021) floresceu na relação familiar e redimensionou o conteúdo da autoridade parental ao consagrar os laços de solidariedade entre pais e filhos, bem como a igualdade entre os cônjuges.

Paulo Lôbo (2019) ainda ensina que o Princípio da Liberdade possui duas vertentes, a primeira seria a liberdade da entidade familiar, diante do Estado e da sociedade, enquanto que a segunda seria a liberdade de cada membro diante dos outros membros e da própria entidade familiar.

Quanto ao Princípio da Afetividade, Maria Berenice Dias (2021) afirma que mesmo que a Constituição não faça menção da palavra afeto ou afetividade, não é prerrogativa para afastar o caráter constitucional deste princípio, visto que ele encontra-se amparado em princípios constitucionais explícitos, como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, por exemplo.

Rosa Maria de Andrade Nery (2013) também afirma que a afetividade pode gerar efeitos jurídicos de criar o parentesco civil por outra origem, bem como afirma ser este um conceito legal indeterminado que necessita de interpretação integrativa do juiz.

Da mesma forma, Carlos Roberto Gonçalves (2019, v. 6) apresenta o Princípio da Comunhão Plena de Vida baseada na afeição entre os cônjuges ou conviventes, afirmando que tal princípio demonstra a intenção de tornar o casamento mais humano, priorizando a convivência familiar.

Por fim, Maria Berenice Dias (2021) também elenca a felicidade como um princípio do direito de família. Para a autora, mesmo que não tenha nenhuma referência constitucional ou infraconstitucional sobre a felicidade, não há dúvidas que seja um princípio fundamental.

Dessa maneira, alguns princípios basilares do direito de família citados acima são de grande importância, pois embasam a possibilidade de considerar a família multiespécie como um tipo de família.

Portanto, faz-se necessário apresentar alguns tipos de família, afim de demonstrar o avanço legislativo no âmbito familiar ao abrir espaço para o reconhecimento de outras categorias de família. Contudo, os tipos de famílias não

estão adstritos aos demonstrados abaixo, devendo tratar-se apenas como um rol exemplificativo.

### 3 A FAMÍLIA E SUA CLASSIFICAÇÃO: UM ROL EXEMPLIFICATIVO

Após uma breve explicação sobre a família, passa-se a apresentar alguns tipos de famílias, ressalta-se que se trata de um rol exemplificativo e não taxativo, portanto há que levar-se em conta que não são as únicas formas de família, devendo considerar a formação de outros tipos que não forem explicitamente citados.

Conforme explanações feitas por Silvio de Salvo Venosa (2011) as sociedades ocidentais cada vez mais se afastam do modelo pátrio tradicional de família, sendo substituído por um modelo que valoriza a vontade e o direto de todos os membros.

Desta forma, complementa Paulo Lôbo (2019, p. 15-17) sobre a referida colocação:

A família patriarcal, que a legislação civil brasileira tomou como modelo desde a colônia [...] entrou em crise, culminando em sua derrocada, no plano jurídico, pelos valores introduzidos pela CF/ 88 [...]  
A família sofreu profundas mudanças de função, natureza, composição e consequentemente, de concepção [...]  
Como a crise é sempre perda dos fundamentos de um paradigma em virtude do advento de outro, a família atual está matizada em paradigma que explica a função atual: a afetividade. Assim, enquanto houver *affectio* haverá a família, unida por laços de liberdade e responsabilidade, e desde que consolidada na simetria, na colaboração, na comunhão da vida.

Carlos Roberto Gonçalves (2019, v. 6) declara que, com a alteração do conceito trazido pela Constituição Federal, impôs-se novos modelos, e ainda que a família seja a base da sociedade, não é mais formada apenas pelo casamento, uma vez que surgiram duas novas entidades familiares: a união estável e a formada por qualquer um dos pais e seus descendentes.

Neste interim, compreende-se que as relações familiares não são apenas aquelas compostas por casais heteroafetivos em relacionamentos monogâmicos e com vínculos consanguíneos, mas sim, tem-se que o principal vínculo formador da família deve ser pautado pela afetividade entre indivíduos unidos por laços de liberdade e responsabilidade.



Destarte, a Declaração Universal dos Direitos Humanos feita pela ONU (ONU, 1948), no ano de 1948 já trazia fundamentos referentes aos direitos da família na época, ainda muito à frente de seu tempo, a qual estabeleceu, em seu artigo 16.3, que “a família é núcleo estrutural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado”.

E, através destes fundamentos Paulo Lôbo (2019, p. 15-17) chegou as seguintes conclusões:

A família não é aquela só constituída pelo casamento, tendo direito todas as demais entidades familiares socialmente constituídas; b) a família não é célula do Estado (domínio da política), mas da sociedade civil, não podendo o Estado trata-la como parte sua.

Logo, constata-se que, enquanto a legislação consonante aos direitos da família segue estático, as mudanças e paradigmas nos âmbitos familiares não cessam, sendo que a cada dia novos direitos vêm surgindo (LÔBO, 2019).

### 3.1 ESPÉCIES DE FAMÍLIA: UM ROL EXEMPLIFICATIVO

A partir de leitura do ordenamento jurídico brasileiro, pode-se extrair que não há um rol exaustivo de tipos de famílias reconhecidas, e sim várias conformações que à luz de uma interpretação constitucional podem ser chamadas de família, tratadas dentro do Direito de Família.

#### 3.1.1 O Casamento

“O termo ‘casamento’ é antigo, sendo que, para o direito romano, era um direito restrito aos homens livres, constituindo-se em um ato privado que produzia os seus efeitos jurídicos” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2019, p. 132).

Ademais, a religião exerceu uma grande importância dentro do casamento. E nessa lógica, Silvio de Salvo Venosa (2011) entende que por muito tempo na história, inclusive na Idade Média, e em especial nas classes nobres, o casamento esteve longe de qualquer vínculo afetivo.

Continua Carlos Roberto Gonçalves (2021, v. 6, p. 34) trazendo uma comparação entre o direito romano e o direito canônico, sobre a dissolução do casamento.

Em matéria de casamento, entendiam os romanos necessária a *affectio* não só no momento de sua celebração, mas enquanto perdurasse. A ausência de convivência, o desaparecimento da afeição era, assim, causa necessária para a dissolução do casamento pelo divórcio. Os canonistas, no entanto, opuseram-se à dissolução do vínculo, pois consideravam o casamento um sacramento, não podendo os homens dissolver a união realizada por Deus: *quod Deus conjunxit homo non separet*

Já Roberto Senise Lisboa (2010) entende que a finalidade do casamento na sociedade moderna é muito diferente da finalidade existente no direito romano. Sendo que, para os romanos, o casamento tinha por finalidade a satisfação das necessidades dos cônjuges.

Neste sentido, o Código Civil de 1916 dispunha que o casamento era a única forma legítima de constituir família, e, portanto, a família constituída fora desse casamento era considerada ilegítima, sendo que suas menções, dentro do Código Civil, eram apenas para restringi-las (GONÇALVES, 2019, v. 6).

Somente com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) que o direito brasileiro passou a reconhecer outras formas de família além da constituída pelo casamento, reconhecendo, assim, a união estável como uma forma constitucionalizada.

### 3.1.2 União Estável

A união estável foi protegida e reconhecida pela Constituição Federal de 1988 de forma expressa e tem como característica a liberdade de constituição, com conformação livre e de escolha dos nubentes.

Roberto Senise Lisboa (2010, p. 179) conceituando união estável traz que:

União estável é a relação íntima e informal, prolongada no tempo e assemelhada ao vínculo decorrente do casamento civil, entre sujeitos de sexos diversos (conviventes ou companheiros), que não possuem qualquer impedimento matrimonial entre si.

Por sua vez, Carlos Alberto Dabus Maluf e Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf (2013) definiam a união estável através do artigo 1.723 do Código Civil como a entidade familiar entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradora, e estabelecida com o objetivo de constituição da família.

No entanto, foi apenas em 1994, através da Lei 8.971/1994, que se buscou regular a previsão constitucional da união estável, porém, apenas com o Código Civil de 2002 a união estável teve sua devida importância (GONÇALVES, 2019, v. 6).

### 3.1.3 Família Monoparental

A Constituição Federal de 88 já previa o reconhecimento da família monoparental como entidade familiar constituída por um ascendente e o seu descendente.

Maria Berenice Dias (2021, p. 663) traz o conceito de família monoparental:

Apesar da aparente limitação constitucional, ao elencar as entidades familiares, não se deve deixar de reconhecer como merecedora da especial atenção do estado toda e qualquer estrutura de convívio que forme uma unidade afetiva da qual se irradiam efeitos que merecem ser tutelados pelo direito. A família não se define mais pela triangulação clássica: pai, mãe e filhos. O critério biológico cedeu lugar à noção de filiação de afeto, à paternidade socioafetiva.

Importante ressaltar que na relação monoparental pode não haver propriamente a constituição de uma nova família, mas o reconhecimento de uma entidade familiar decorrente da morte de um dos pais (LISBOA, 2010)

Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2019) apresentam dois tipos de família monoparental: a originária e a superveniente. A originária refere-se à constituição da família constituída através da adoção, em que um indivíduo solteiro adota uma criança, enquanto que a superveniente é a família monoparental que surge através da fragmentação de um núcleo parental originalmente composto por duas pessoas.

O reconhecimento da família monoparental foi o princípio de tudo, abrindo-se as portas para a compreensão e determinação legal de novos conceitos de família.

### 3.1.4 Família Homoafetiva

Perante a ausência de regulamentação, foi no âmbito do Poder Judiciário que surgiu o reconhecimento da família homoafetiva.

Segundo Maria Berenice Dias (2021, p. 631):

Foi no âmbito do Judiciário que, com o nome de uniões homoafetivas, o relacionamento entre iguais mereceu reconhecimento. Esta expressão insere também no conceito de família, as constituídas independentemente da identidade de gênero dos seus integrantes. E talvez, por isso, seja melhor falar em famílias LGBTI.

Nesse sentido, descrevem Carlos e Adriana Maluf (2013) que o Poder judiciário, com uma postura mais liberal, diante da falta de previsão legal, vem assegurando direitos aos parceiros homoafetivos.

Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2019) conceituam a união homoafetiva como o núcleo estável formado por duas pessoas do mesmo sexo, com objetivo de constituição de uma família.

### 3.1.5 Família Anaparental

Além dos tipos de famílias apresentados até agora, a doutrina também reconhece a família anaparental. Para Maria Berenice Dias (2021) a família anaparental é a família constituída sem a presença dos pais, ou seja, a família formada entre irmãos, primos ou de pessoas que tem parentesco umas com as outras.

Sobre a família anaparental Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2019, p. 564) fazem um importante questionamento:

Como se pode negar a existência de um núcleo familiar também a alguém que, por exemplo, resida com a sua tia, viúva ou solteira, que nunca teve filhos?

[...]

Trata-se de indagação jurídica da mais alta relevância, principalmente levando-se em conta o sentido da constitucionalização da tutela jurídica da família monoparental.

Rolf Madaleno (2020) diz que a família anaparental é a união de parentes, consanguíneos ou não, em que se apresenta o vínculo socioafetivo, contudo é ausente as relações sexuais.

### 3.1.6 Família Recompоста

Para Paulo Lôbo (2019) as famílias recompostas são as famílias que se constituem entre um cônjuge ou companheiro e os filhos do outro, vindos de relacionamento anterior.

Rolf Madaleno (2020, p. 61) traz uma pontuação importante sobre a família recomposta:

Com a disseminação dos divórcios e até mesmo das dissoluções das inúmeras uniões estáveis vão surgindo as figuras dos padrastos e das madrastas, dos enteados e das enteadas, e que ocupam os papéis domésticos dos pais e mães, dos filhos e das filhas e dos meio-irmãos que são afastados de uma convivência familiar e que passam a integrar uma nova relação familiar proveniente dos vínculos que se formam entre um dos membros do casal e os filhos do outro

No entendimento de Maria Berenice Dias (2021) a família recomposta é aquela caracterizada pela multiplicidade de vínculos, ambiguidades das funções dos novos casais e forte grau de independência.

### 3.1.7 Família Eudemonista

Entende-se que o conceito de família Eudemonista tem origem na palavra advinda do grego “*eudaimonia*”, sendo aquela fundamentada na busca da felicidade e a realização plena de seus membros, de modo que o vínculo entre os integrantes desta entidade familiar é afetivo e não somente jurídico ou biológico (NAVES; VARELA, 2018).

Rolf Madaleno (2020) traz uma explanação sobre a família eudemonista:

O termo *família eudemonista* é usado para identificar aquele núcleo familiar que busca a felicidade individual e vive um processo de emancipação de seus membros. O Direito de Família não mais se restringe aos valores destacados de ser e ter, porque, ao menos entre nós, desde o advento da Carta Política

de 1988 prevalece a busca e o direito pela conquista da felicidade a partir da afetividade.

Para Maria Berenice Dias (2021) a família eudemonista busca a felicidade individual por meio da emancipação de seus membros, buscando-se a felicidade, a supremacia do amor e a vitória da solidariedade.

Conforme se verifica, há diferentes entendimentos e diferentes tipos de família, conceitos e seus aspectos gerais, os quais divergem entre os pensadores do direito, sendo hoje possível que tais conceitos se alarguem a um ponto que se tenha novas interpretações, além do que é pré-determinado pela Constituição no seu artigo 226, dando lugar a famílias sem vínculo parental.

A família afetiva é estruturada pela convivência e pelo fato de um grupo de indivíduos demonstrarem vontade de permanecer juntos (NERY, 2013, p. 237-238):

A convivência é fruto da solidariedade. A convivência é a palavra-chave que está por trás do segredo a afetividade.  
A doutrina identifica como relações de afeto aquelas que decorrem do “estar junto” e da bem querença.  
[...] no mundo do direito os efeitos do conceito determinado pela função, capaz de criar entre pessoas, ou individualmente, a vivência de situação jurídica absoluta de família, capaz de agora por virtude do princípio da lealdade, ou da boa-fé objetiva – gerando deveres e poderes, direitos e obrigações que vinculam tantos quantos se propõem a viver essa experiência humana.

Por conseguinte, através do afastamento do conceito de que somente a consanguinidade é o fator principal no momento de considerar o que seria família no ordenamento jurídico brasileiro, abre-se brecha para o reconhecimento de outros tipos de famílias.

Do mesmo modo, a constituição resguarda o direito de uma comunidade formada por qualquer um dos pais ou descendentes, que residam na mesma casa, e dependam uns dos outros economicamente, a serem considerados entidade familiar.

Ainda conforme entendimento de Rosa Maria de Andrade Nery (2013, p. 237-238):

[...] sob o ponto de vista de convívio de outras pessoas que buscam amparo mútuo e se dão, mutuamente, suporte afetivo, econômico e familiar, gera aquilo que CF/88 denomina genericamente, de entidade familiar (art. 226, §4º) [...].

São para elas que costumo dar o nome de “comunidades emocionais”, porque são compostas de pessoas que constroem, a partir de uma rede mútua de assistência, laços indelévels de família.

Não podem ser alvo de discriminação e, muitas vezes, vivem do carisma que alguém exerce sobre os membros da família.

A convivência gera afetividade (e por isso gera vínculos jurídicos), como se disse, tem ingresso nos mecanismos de direito civil pelos mecanismos de abertura do sistema: é conceito determinado pela função

À luz da solidariedade e da afetividade, muitos institutos jurídicos evoluem para uma leitura mais moderna e voltada para o interesse de proteção das pessoas dentro da família.

Partindo do princípio de que a afetividade e a convivência podem reger o conceito pré-existente do que é ou pode ser considerado família, a luta pelo reconhecimento jurídico da família multiespécie tem ganhado cada vez mais força.

Conforme Norberto Bobbio (2012), os direitos não surgem no mesmo momento, todavia nascem da necessidade e da possibilidade de existirem. Assim, compreende-se que a transformação do direito de família será, a longo prazo, indispensável.

A partir desta nova realidade no ambiente familiar, busca-se o reconhecimento da família multiespécie pelo direito civil e demais vertentes do direito. E assim, animais perderiam a natureza de coisa, bens móveis suscetíveis de movimento próprio e, enfim, seriam entes de personalidade dotados de necessidades e vontades específicas.

#### **4 A VIABILIDADE DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE NO ROL PROTETIVO DAS FAMÍLIAS DO DIREITO BRASILEIRO**

A vivência atual dos indivíduos em sociedade tem sido influenciada por novas dinâmicas presentes no padrão de vida das pessoas que, em decorrência de rotinas frenéticas, optam por passar mais tempo com seus animais de estimação, os quais antes possuíam papel de propriedade, mas que contudo, na atualidade, começam a ser tratados como verdadeiros membros da família.

O antigo cenário onde os animais de estimação tinham um convívio meramente simbólico com seus donos tem se tornado cada vez mais raro. Atualmente, em muitos casos, ora decorrente do desenfreado crescimento urbano, ora devido ao estreitamento das relações destes e seus donos, o animal de estimação passa grande

parte do tempo dentro de casa, tendo acesso ao quarto dos tutores e recebendo os mesmos benefícios de um filho e até mesmo sendo tratado como tal.

Assim é o entendimento de Viegas e Pamplona Filho (2020, p. 105).

A afetividade tornou-se valor jurídico e a promoção da dignidade humana, por meio da manifestação livre de escolha da melhor família que atenda o indivíduo, passou a se constituir elemento conformador das entidades familiares. As famílias formadas pelos humanos e seus animais de estimação, denominadas multiespécies, têm sido uma constante na sociedade pós contemporânea surpreendente e complexa onde a convivência com os bichinhos tem se tornado, muitas vezes, mais prazerosa e confiável que o relacionamento humano [...]. De par com isso, a crescente consciência ambiental tem transformado substancialmente a relação entre humanos e animais, fazendo com que o indivíduo reconheça a senciência dos animais não humanos, restando claro à humanidade a sua sensibilidade e consciência do mundo.

De um lado, tem o conceito de família que sempre está em constante mudança, de outro, há o direito dos animais, que a cada dia ganha mais importância no ordenamento jurídico brasileiro e mundial.

Conforme, bem explica Andréa Carolina Leite Batista (2021), com a evolução da sociedade houve uma maior preocupação em estudar o Direito além dos humanos, precisando e devendo considerar as relações construídas durante toda a história entre o homem e os animais.

Atualmente no Brasil há uma expansão dos direitos dos animais, consolidando, assim, a previsão expressa no artigo 225, §1º, VII da Constituição (BRASIL, 1988) a qual prevê que:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.  
§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:  
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade

Acrescenta ainda que, no Brasil, o direito dos animais iniciou-se na segunda metade do século XIX, com a inserção do artigo 220 no Código de Posturas da cidade de São Paulo, de 6 de outubro de 1886, o qual determinou uma multa para quem



trabalhasse com os animais e aplicasse castigos bárbaros e imoderados, além de maltrata-los (LEVIAI, 2012).

O estado de Santa Catarina foi um dos primeiros estados a reconhecer os cães, gatos e cavalos como seres sencientes, conforme a Lei 17.485 de 16 de janeiro de 2018 (SANTA CATARINA, 2018), já o Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2020, foi mais além, aprovando e instituindo o Código Estadual do Meio Ambiente, Lei Estadual nº 15.434 de 09/01/2020, que instituiu, no artigo 216, “o regime jurídico especial para os animais domésticos de estimação” e reconheceu a “natureza biológica e emocional como seres sencientes, capazes de sentir sensações e sentimentos de forma consciente” (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Para Fernanda Andrade e Neuro José Zambam (2016), seres sencientes percebem como se sentem, onde e com quem estão e como são tratados, também possuem sensações como dor, fome, frio, medo, são capazes de aprender com a experiência e podem escolher entre objetos, animais e situações diferentes.

Fernando Gustavo Knoerr e Gabriel Vieira de Souza (2021) comentando sobre decisão do Rio Grande Sul, afirmaram que a aprovação do capítulo que versa sobre tema no Código Ambiental se enquadra no Princípio da Responsabilidade de Hans Jonas<sup>4</sup>.

Dentro desta senciência dos animais que o reconhecimento da família multiespécie busca amparo.

Contudo, afim de avaliar a viabilidade do reconhecimento do não humano no agrupamento familiar deve-se primeiramente levar em consideração o Princípio do Reconhecimento de Outras Entidades Familiares além do casamento, que para Rodrigo Senise Lisboa (2010) é o princípio que deixa de considerar o casamento a única instituição protegida pelo direito de família, devendo ser reconhecida outras cuja tutela não pode mais deixar de ser concedida.

Mesmo que o princípio supracitado, sobretudo abarque o reconhecimento da União Estável entre casais, há certa margem de entendimento em que outras formas de família também possam ser aceitas, assim como a família composta por pessoas

---

<sup>4</sup>Basicamente, o princípio responsabilidade jonasiano entende que o homem, por ser a espécie mais evoluída do planeta, possui responsabilidade sobre as demais e seus atos devem refletir em preocupação com as gerações futuras, sendo ou não seus descendentes (KNOERR; SOUZA, 2021, p. 10).

e seus animais domésticos. Por sua vez, o reconhecimento da personalidade jurídica dos animais tira eles da esfera de coisa, de bens semoventes<sup>5</sup>, e passam a adotar personalidade jurídica com direitos.

Entretanto, o Código Civil trata os animais como bens semoventes, conforme Caio Mario da Silva Pereira (2017), diferencia-se os bens semoventes dos bens móveis, pelo fato de que os semoventes possuem movimento pela própria força, enquanto que as outras coisas móveis necessitam de um impulso.

Todavia, esta distinção apenas está atrelada na doutrina, sendo que para o Código Civil não há distinção entre bens móveis semoventes e os bens móveis propriamente ditos.

Ocorre que, conforme elenca Maria Berenice Dias (2019, p. 556):

Não só débitos e créditos são alvo de partilha. Cada vez com mais frequência a justiça tem sido acionada para deliberar sobre os animais de estimação do casal. Há toda uma discussão sobre a natureza dos animais domésticos, sendo questionada a classificação como coisas. Inclusive estão sendo chamados de seres sencientes (coisas sensíveis), formando com seus donos uma família multiespécie. Independente do fato de ser de propriedade de um ou outro, a tendência é reconhecer a cotitularidade dos animais de companhia, com o estabelecimento de períodos de custódia alternados e pagamento de verba de natureza alimentar.

Ana Carolina Neves Amaral do Valle e Izabela Ferreira Borges (2018) citam que é comum ver demandas no Poder Judiciário, em virtude do sentimentalismo cada vez mais forte entre os donos e os animais de estimação.

Nesse sentido, colhe-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça Catarinense (SANTA CATARINA, 2020):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. CADELA QUE, APÓS A DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE DE FATO DAS LITIGANTES, FICOU SOB OS CUIDADOS DA RÉ. SENTENÇA NA ORIGEM QUE INDEFERIU A INICIAL E EXTINGUIU O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO DA AUTORA. SENTENÇA EXTINTIVA CALCADA NA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL SOBRE O TEMA. MATÉRIA, NO ENTANTO, DEVIDAMENTE ENFRENTADA NAS CORTES DE JUSTIÇA DE TODO O PAÍS. RECONHECIMENTO, PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, ACERCA DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS A ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO. RECURSO ESPECIAL N. 1713167/SP. VIABILIDADE JURÍDICA DA DISCUSSÃO POSTA. RECURSO PROVIDO

---

<sup>5</sup>São os suscetíveis de movimento próprio, como os animais. Movem-se de um local para o outro por força própria (GONÇALVES, 2019, v. 1).

PARA ANULAR A SENTENÇA E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. "1. Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal, como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (art. 225, § 1, inciso VII – 'proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade'). 2. O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade, não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato de o animal ser tido como de estimação, recebendo o afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica. 3. No entanto, os animais de companhia possuem valor subjetivo único e peculiar, aflorando sentimentos bastante íntimos em seus donos, totalmente diversos de qualquer outro tipo de propriedade privada. Dessarte, o regramento jurídico dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets, visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade. 4. Por sua vez, a guarda propriamente dita - inerente ao poder familiar - instituto, por essência, de direito de família, não pode ser simples e fielmente subvertida para definir o direito dos consortes, por meio do enquadramento de seus animais de estimação, notadamente porque é um munus exercido no interesse tanto dos pais quanto do filho. Não se trata de uma faculdade, e sim de um direito, em que se impõe aos pais a observância dos deveres inerentes ao poder familiar. 5. A ordem jurídica não pode, simplesmente, desprezar o relevo da relação do homem com seu animal de estimação, sobretudo nos tempos atuais. Deve-se ter como norte o fato, cultural e da pós-modernidade, de que há uma disputa dentro da entidade familiar em que prepondera o afeto de ambos os cônjuges pelo animal. Portanto, a solução deve perpassar pela preservação e garantia dos direitos à pessoa humana, mais precisamente, o âmago de sua dignidade. 6. Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado. 7. Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal (REsp 1713167/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 09/10/2018). (TJSC, Apelação Cível n. 0308062-30.2016.8.24.0008, de Blumenau, rel. André Carvalho, Sexta Câmara de Direito Civil, j. 15-09-2020).

Conforme colhe do entendimento da Egrégia Câmara de Justiça Catarinense, os animais de companhia são seres que possuem uma natureza especial, não podendo ser considerados apenas como coisas e, portanto, deve-se levar em consideração o seu bem-estar, indo de encontro com o Código Civil.

Não só o Tribunal Catarinense tem decisões sobre isso, há demandas sobre o direito dos animais em todos os estados da unidade federativa, como exemplo, colhe-se a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. TUTELA DE URGÊNCIA. GUARDA DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. INTERSECÇÕES ENTRE O DIREITO DAS COISAS E O DE FAMÍLIA. A resignificação contemporânea do apreço dos animais de estimação dentro do núcleo familiar e a singularidade do afeto estabelecido transportam do Direito das Coisas para o de Família a discussão judicial acerca de suas custódias. Nesse particular, levando em consideração as variáveis do litígio vertente, dessome-se, a partir de uma cognição sumária, que a autora possui melhores condições para os cuidados necessários ao bem-estar do pet, devendo, por ora, permanecer com a guarda. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO (TJGO, Agravo de Instrumento (CPC) 5450918-02.2018.8.09.0000, Rel. FAUSTO MOREIRA DINIZ, 6ª Câmara Cível, julgado em 03/04/2019, DJe de 03/04/2019) (GOIÁS, 2019).

Partindo desse pressuposto, no mesmo sentido de se reconhecer os animais de estimação dentro do direito de família e não no direito das coisas, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios definiu:

Agravo de instrumento. Ação de reconhecimento e dissolução de união estável. Decisão indeferiu tutela de urgência para fixação de guarda e regulamentação de visitas em relação a animal de estimação do casal. Insurgência da autora. Alegação de que o cachorro não é mero semovente. Pedido de fixação de guarda alternada. Necessidade de instauração de contraditório para modificação do decidido. O contraditório é um dos princípios basilares do direito; a mitigação de seu exercício só pode ocorrer em situações excepcionais. Possível a fixação de regime provisório de visitas a vigorar durante a tramitação do processo. Animal de estimação integrado à família. Sujeito de direitos. Agravo parcialmente provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2120544-85.2020.8.26.0000; Relator (a): Edson Luiz de Queiróz; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional I - Santana -3ª Vara da Família e Sucessões; Data do Julgamento: 16/06/2020; Data de Registro: 16/06/2020) (SÃO PAULO, 2020).

Colhe-se dos julgados que os animais de estimação não são mais objetos semoventes, e sim como sujeitos de direito, podendo e devendo ser integrados à família.

Como exemplo de uma família multiespécie na prática, a reportagem trazida pelo site de Notícias UOL, do dia 12-2-2021, apresentou o caso em que, com o falecimento do milionário Bill Dorris, nos EUA, a sua cachorra Lulu herdou uma fortuna

de US\$ 5 milhões (R\$ 26, 8 milhões). No testamento é especificado que o valor será colocado em um fundo para prover os cuidados da Lulu (UOL, 2021).

A inserção de não humanos em grupos familiares é razão controvertida, visto que animais são bens tutelados no âmbito dos Direitos Reais, motivo pelo qual o vínculo de animais domésticos introduzidos em grupos familiares, é hoje, inexequível.

Sobre o Assunto trata Viegas e Pamplona Filho (2020, p. 101):

O legislador constituinte, com o objetivo de pôr fim às desigualdades históricas no âmbito familiar, reconheceu o valor jurídico da dignidade, as liberdades e garantias das mulheres e a igualdade entre os cônjuges e filhos, lançando uma nova visão jurídica de família, já vivenciada pela sociedade. Concepções abertas, plurais e eudemonistas foram inseridas no núcleo familiar e a dignidade dos seus integrantes elevou-se à categoria de garantia individual constitucional, que deve ser promovida pelo Estado brasileiro

Assim, a família atualmente busca a efetivação da felicidade, baseando-se no afeto e não somente nos laços consanguíneos ou parentais, evidenciando, mais uma vez, o quão retrogrado é o Código Civil.

Deste modo Maria Cândida Simon Azevedo (2020, p. 15) entende que:

[...] toda reivindicação e todo movimento social possuem suas próprias peculiaridades, além de suas próprias formas de entender e utilizar o direito como possibilidade de inclusão de suas demandas. Percebam que o Direito é um meio para que a sociedade possa ser ouvida pelo aparato estatal [...].

No que tange a busca dos direitos dos animais e o reconhecimento da família multiespécie, não se deve tratar o tema em pauta como mero desprezo à razão, mas sim como uma manifestação de respeito e amor, para que se possa refletir sobre as recentes alterações das organizações familiares.

É assim o entendimento de Maria Berenice Dias (2021, p. 233): “o novo modelo da família funda-se sobre os pilares da repersonalização, da afetividade, da pluralidade e do eudemonismo, impingindo nova roupagem axiológica ao direito das famílias.”

Neste sentido, os animais de estimação ganham cada vez mais espaço, sendo fácil de encontrar animais de estimação com a condição de filhos, muitas vezes com a inserção do sobrenome em registro no cartório.

À vista disso, colhe-se a notícia divulgada pela Associação dos Notários e Registradores de Alagoas em 20-7-2011, ao qual foi entrevistado, na época, o diretor comercial da Empresa Cartório Postal (ANOREG-AL, 2011)

De acordo com Jefferson Ramirez, diretor comercial da empresa Cartório Postal, que oferece o serviço, o lançamento ocorreu no início deste mês e já há demanda represada de interessados em registrar seus bichinhos com os sobrenomes das famílias. Seria uma maneira de formalizar a 'adoção' do bichinho pelos donos. 'É um mimo, zelo pelo animal, como se fosse um ente da família. Mas também é um registro oficial do animal. Torna-se o único documento que de fato comprova a existência do animal. Existe o Registro Geral de Animais (RGA) em algumas cidades, mas ele não é obrigatório. O registro em cartório também não é. Mas é uma forma de se registrar o animal de estimação', explica.

Destarte, compreende-se que a real busca é a da promoção do bem-estar animal, ao passo em que se encontrarão no mesmo nível dos seres humanos em questão de direitos e poderão usufruir dos mesmos benefícios humanos com a extinção do status de propriedade que possuem.

Não é de hoje que os animais possuem grandes importância para o ordenamento jurídico. Conforme pesquisa realizada pela Proteção Animal Mundial, em que comparou como os animais são tratados em cinco países diferentes, sendo um deles o Brasil, verificou-se que 94% dos tutores que possuem cães como animal de estimação os consideram como parte da família (WORLD ANIMAL PROTECTION, 2019).

Portando, o direito brasileiro, deve buscar solucionar e atender as peculiaridades de cada um, buscando institucionalizar as suas necessidades (NERY, 2013).

Ora, de todo o extraído, evidencia-se que na atual doutrina brasileira já enquadra-se a família multiespécie como uma forma de constituir a família, com o reconhecimento jurisprudencial de que os litígios que envolvem animais não devem ser debatidos nas câmaras de direito privado, e sim, é uma questão que deve envolver o direito de família.

## 5 CONCLUSÃO

Conforme todo o exposto, evidencia-se que na sociedade brasileira está havendo uma alteração dentro do conceito de família, e, mais importante, é que o direito brasileiro deve acompanhar esta mudança, para evitar futuros prejuízos as pessoas.

Há tempos que se entende que a família é a base da sociedade, e que o seu conceito não é estático, mudando de geração para geração.

Atualmente, o conceito de família, está, principalmente, atrelado ao afeto e, portanto, manter o entendimento restrito dentro do ordenamento jurídico já não é mais cabível.

Dentro desta nova modalidade de família, os animais de estimação ganharam espaço, criando profundos laços de amor com seus donos. Logo, é evidente que a família brasileira não é mais composta pelos ascendentes e descendentes.

O que se pode extrair do presente artigo é que o direito brasileiro não pode ficar inerte, todavia deve acompanhar as mudanças que o conceito de família está sofrendo, buscando evitar que ocorra danos para as pessoas que busquem resguardo no ordenamento jurídico.

Desta forma a formação da família está muito mais atrelada no amor e no afeto do que nos conceitos jurídicos existentes. Muito mais importante do que o cumprimento de requisitos, faz-se necessário que o direito compreenda e defenda o direito das pessoas de amarem e de constituírem a sua própria família, principalmente em um mundo em que os animais de estimação estão cada vez mais presentes e cada vez mais inseridos no contexto familiar, como parte integrante do núcleo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fernanda; ZAMBAM, Neuro José. A condição de sujeito de direito dos animais humanos e não humanos e o critério da senciência. **Revista Brasileira de Direito Animal (RBDA)**, Salvador, v. 11, n. 23, p. 143-171, set./dez. 2016.

ANOREG/AL. **Animal de estimação pode ter registro de nascimento e usar sobrenome da família**. ANOREG/AL - Associação dos Notários e Registradores de Alagoas, 20, set. 2011. Disponível em: <http://www.anoreg-al.org.br/2011/07/animal-de-estimacao-pode-ter-registro-de-nascimento-e-usar-sobrenome-da-familia/>. Acesso em: 10 ago. 2021

AZEVEDO, Maria Cândida Simon, **Democracia animal: os direitos animais – do conflito à reivindicação**/ Maria Cândida Simon Azevedo. Curitiba: Appris, 2020.

BATISTA, Andréia Carolina Leite. Noções introdutórias sobre o direito animal. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). **Direito: ramificações, interpretações e ambiguidades**. 3.ed. Ponta Grossa: Atena, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3900>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. [Código Civil (1916)]. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Instituí o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 1916. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. [Código Civil (2002)]. **Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n 8.971, de 29 de dezembro de 1994**. Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8971.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8971.htm). Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **REsp 1217415/RS**. Relator: Ministra Nancy Andrighi. 2012. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num\\_registro=201001844760](https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?src=1.1.3&aplicacao=processos.ea&tipoPesquisa=tipoPesquisaGenerica&num_registro=201001844760). Acesso em: 10 ago. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**, volume 6: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GOIÁS. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento n. 5450918-02.2018.8.09.0000, de Goiânia**. Relator: Fausto Moreira Diniz. Disponível em: [https://projudi.tjgo.jus.br/BuscaArquivoPublico?PaginaAtual=6&Id\\_MovimentacaoArquivo=93249918&hash=312585801377991020052541756521283780473&CodigoVerificacao=tru](https://projudi.tjgo.jus.br/BuscaArquivoPublico?PaginaAtual=6&Id_MovimentacaoArquivo=93249918&hash=312585801377991020052541756521283780473&CodigoVerificacao=tru). Acesso em: 10 ago. 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 1: parte geral. 17 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 1.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 6: direito de família. 16 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. v. 6.

KNOERR, Fernando Gustavo; SOUZA, Gabriel Vieira de. Senciência animal no Código Ambiental do Rio Grande do Sul: Princípio Responsabilidade e Ética do



Futuro de Hans Jonas. **Revista Brasileira de Direito Animal (RDBA)**, Salvador, v. 16, n. 1, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/44538>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LEVIAI, Laerte Fernando. A luta pelos direitos animais no Brasil: passos para o futuro. **Revista Brasileira do Direito Animal**, Salvador, v. 7 n 10, jan./jun. 2012.

LISBOA, Roberto Senise. **Manual de direito civil**, v. 5: direito de família e sucessões. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LÔBO, Paulo. **Direito civil**: volume 5: famílias. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MADALENO, Rolf. **Manual de direito de família**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de direito da família**. São Paulo: Saraiva, 2013.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; VARELA, Ana Maria Alves Rodrigues. Família, família, cachorro, gato, galinha: a família multiespécie e a guarda compartilhada dos animais de estimação, após a ruptura do vínculo conjugal no Brasil. **Revista Internacional Consinter de Direito**, n. 6, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/revistas/ano-iv-numero-vi/direito-privado/familia-familia-cachorro-gato-galinha-a-familia-multiespecie-e-a-guarda-compartilhada-dos-animais-de-estimacao-apos-a-ruptura-do-vinculo-conjugal-no-brasil/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Manual de direito civil**: família. 1.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

NERY, Rosa Maria de Andrade; NERY JUNIOR, Nelson. **Código civil comentado**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

ONU. Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos dos Homens**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**: introdução ao direito civil: teoria geral de direito civil. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito de família e psicanálise – uma prática interdisciplinar. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 62, mar. 2001. Disponível em: [https://aplicacao.aasp.org.br/aasp/servicos/revista\\_advogado/paginaveis/62/index.html?\\_ga=2.220039257.1106859983.1628649912-551206410.1627004370](https://aplicacao.aasp.org.br/aasp/servicos/revista_advogado/paginaveis/62/index.html?_ga=2.220039257.1106859983.1628649912-551206410.1627004370). Acesso em: 10 ago. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Estadual nº 15.434 de 09 de janeiro de 2020**. Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. 2020. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid\\_IdNorma=65984](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=65984). Acesso em: 10 ago. 2021.

ROBLES, Tatiana. **Mediação e direito de família**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Ícone, 2009.

SANTA CATARINA. **Lei nº 17.485, de 16 de janeiro de 2018**. Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que “Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais”, para o fim de reconhecer cães, gatos e cavalos como seres sencientes. Florianópolis, SC: Governador do Estado de Santa Catarina, 2018. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17485\\_2018\\_Lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17485_2018_Lei.html). Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 0308062-30.2016.8.24.0008, de Blumenau**. Relator: André Carvalho. 2020. Disponível em: [https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#resultado\\_ancora](https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/#resultado_ancora). Acesso em: 10 ago. 2021.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Agravo de Instrumento n. 2120544-85.2020.8.26.000, de Santana**. Relator: Edson Luiz de Queiróz, 2020. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do;jsessionId=EE4C687943936BBEA5285468A07BA008.cjsg3>. Acesso em: 10 ago. 2021.

UOL. Fortuna! Empresário morre e deixa herança de R\$ 26,8 milhões para cachorra. In: UNIVERSO ONLINE (UOL), São Paulo, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/02/12/fortuna-empresario-morre-e-deixa-heranca-de-r-268-milhoes-para-cachorra.htm>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VALLE, Ana Carolina Neves Amaral do; BORGES, Izabela Ferreira. A guarda dos animais de estimação no divórcio. **Revista dos Tribunais**, v. 96, 2018. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc50000016d4767cd8ae05ca27e&docguid=lbb995170df3811e8b06c010000000000&hitguid=lbb995170df3811e8b06c010000000000&spos=1&epos=1&td=2&context=7&crumb-action=append&crumblabel=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 10 ago. 2021.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEGAS, Claudia Mara de Almeida Rabelo; PAMPLONA FILHO Rodolfo. Famílias multiespécies: a guarda de animais de estimação em caso de dissolução da sociedade conjugal. **Revista IBDFAM: famílias e sucessões**. Belo Horizonte, n. 37, jan./fev. 2020.

WORLD ANIMAL PROTECTION. **94% dos brasileiros veem seus cães como membros da família**. Proteção Animal Mundial, Brasil, 16 maio 2019. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br/not%C3%ADcia/94-dos-brasileiros-veem-seus-caes-como-membros-da-familia>. Acesso em: 10 ago. 2021.